



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

306  
C

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 298253-4

AGRAVANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S/A -  
IRCOSA (em recuperação judicial)

AGRAVADO: BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO, OBSTANDO O CUMPRIMENTO DE DECISÃO QUE, EM SEDE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, ACOLHEU PETITÓRIO ATRAVESSADO NOS PRÓPRIOS AUTOS DA EXECUÇÃO, NO QUAL SE ALEGOU QUE O BEM PENHORADO PERTENCIA A TERCEIRO ESTRANHO AO PROCESSO. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO ATINENTE AOS EMBARGOS DE TERCEIRO. INDÚSTRIA QUE, À PRIMEIRA VISTA, ESTÁ DESATIVADA. AUSÊNCIA DE *PERICULUM IN MORA* INVERSO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo regimental no agravo de instrumento nº 298253-4, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte deste julgado.

Sessão realizada em 26 de março de 13.

Recife, 26 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

305  
P

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 298253-4

AGRAVANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S/A -  
IRCOSA (em recuperação judicial)

AGRAVADO: BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**RELATÓRIO**

Trata-se de AGRAVO REGIMENTAL interposto por IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S/A - IRCOSA (em recuperação judicial) em face de decisão interlocutória (fls. 226/228) desta relatoria que deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento nº 298253-4, obstando-se, com isso, o cumprimento da decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível de Caruaru (fls. 175/176), na qual havia sido determinada a restituição ao parque fabril da ora agravante de uma máquina (auto de avaliação do bem à fl. 131) que, no curso de ação de execução de título extrajudicial, havia sido penhorada e removida de lá.

Neste regimental, alega-se que a decisão proferida por mim deve ser reformada, argumentando-se, para tanto, que a) a empresa-agravante está em recuperação judicial, e a falta da referida máquina prejudicaria o seu processo produtivo; b) a máquina é de propriedade da pessoa jurídica e não dos sócios Guilherme e Júlio Coutinho; c) o princípio da liberdade das formas e máxima segundo a qual não há nulidade sem prejuízo seriam aptos a convalidar a irregularidade atinente à não-oposição de embargos de terceiro.

É o relatório. Como reputo acertada a decisão agravada, deixo de exercer o juízo de retratação. Trago, então, o processo à mesa.

Recife, 26 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

306  
C

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 298253-4

AGRAVANTE: IRMÃOS COUTINHO INDÚSTRIA DE COUROS S/A -  
IRCOSA (em recuperação judicial)

AGRAVADO: BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como não foram apresentadas razões novas que pudessem infirmar as conclusões a que cheguei, reitero, aqui, os argumentos deduzidos na decisão atacada, cuja fundamentação, para evitar tautologia, passo a transcrever.

Inicialmente, no que concerne ao requisito do *fumus boni iuris*:

Analizando o caso na perspectiva do direito processual, percebo que a insurgência veiculada pela Irmãos Coutinho na petição de fls. 154/156 visa à eliminação de um ato judicial de constrição que teria sido indevidamente realizado, na medida em que teria sido atingido o patrimônio de pessoa estranha à lide. Como se vê, trata-se, materialmente, de embargos de terceiro (CPC, art. 1.046)<sup>1</sup>. A empresa-agravada deveria, então, ter observado o rito constante dos arts. 1.046 e ss. do CPC, pois os embargos de terceiro são uma ação incidental, que segue procedimento especial, em que está prevista, inclusive, a oportunidade de contestação (CPC, art. 1.053), o que impediria a aplicação do princípio da fungibilidade.

<sup>1</sup> Art. 1.046. Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, arresto, seqüestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer lhe sejam mantidos ou restituídos por meio de embargos.

Ainda no que concerne ao procedimento, ressalto que o prazo a que se refere o art. 1.048 do CPC<sup>2</sup> não foi respeitado. Por se tratar, na origem, de ação de execução, o prazo para oposição de embargos de terceiro é de 05 (cinco) dias, contados a partir da ciência acerca da turbação ou do esbulho.

70/17

E, a respeito do *periculum in mora*, aduzi:

Quanto ao *periculum in mora*, pelas máximas da experiência, sabe-se que é oneroso o transporte de uma máquina desse porte para o local indicado na decisão agravada, além de haver risco de danos ao bem. Quanto a esse requisito, pode-se, ainda, destacar o exíguo prazo fixado pelo juízo *a quo* para a devolução da máquina e o valor elevado da multa para o caso de descumprimento da decisão, capaz, por si só, de causar ao agravante prejuízo considerável.

Ademais, não enxergo, aqui, *periculum in mora* inverso (CPC, art. 273, §2º), consistente na possibilidade de atravancar as atividades da empresa. Pelo que se depreende dos autos (fl. 117v e 216), o parque industrial da companhia está desativado, não me parecendo, portanto, que o bem objeto da controvérsia lhe seja imprescindível.

Reitero, portanto, todos os termos da decisão atacada e nego provimento ao presente agravo regimental. É como voto.

Recife, 26 de março de 2017.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator

---

<sup>2</sup> Art. 1.048. Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, e, no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.